

FATOS DA Terra

Ano V

Nº 18

Ago/Set 2006

Política

**Governo e movimentos sociais
aprimoram diálogo**

Pág. 14

Proseando

**Valter Bianchini fala sobre a importância
da Agricultura Familiar**

Pág. 03

JOSÉ GOMES DA SILVA

**Há dez anos morria um homem para quem
mesmo a pior reforma agrária é capaz de
proporcionar casa, comida e trabalho**

EDITORIAL

Homenagem ao nosso patrono

José Gomes da Silva lutou até o fim pela Reforma Agrária. Na véspera de sua morte, no dia 13 de fevereiro de 1996, participou de um debate organizado pela Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania, em São Paulo. Na época, ele comentou a situação do Pontal do Paranapanema: "O Pontal surpreende o Brasil inteiro por mostrar que mesmo aqui, perto de três universidades, na área mais desenvolvida do país, onde se esperava que houvesse uma agricultura patronal capitalista, nós temos problemas como estes."

A Reforma Agrária, portanto, continuava uma questão ainda não superada no Brasil, não só nos rincões, nas áreas ainda de fronteira aberta para a agricultura, mas também em regiões desenvolvidas e populosas. Para José Gomes, o Brasil havia perdido duas oportunidades de fazê-la: a primeira, quando da criação do Estatuto da Terra; a segunda, no governo Sarney, quando foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária. Ele foi o protagonista de ambos os processos, mas sempre esbarrou nas pressões contrárias à democratização do acesso à terra. Em meados dos anos 90, acreditava estar diante de outra grande oportunidade. Na época, a opinião pública, pela primeira vez, era favorável à Reforma Agrária. Mas José Gomes não pôde continuar esta luta. Felizmente, porém, o seu exemplo continua incentivando camponeses, intelectuais, agentes públicos e cidadãos que acreditam na bandeira da Reforma Agrária.

Naquele mesmo evento em que debateu a questão agrária em São Paulo, José Gomes comentou a vinculação do Itesp à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, o que considerava "uma novidade extremamente positiva". É bom saber que ele achava que esta instituição, que adotaria o seu nome, estava no caminho certo.

Tibério Leonardo Guitton
Assessor Especial do Governador
Respondendo pelo Expediente

Índice

Editorial	2
Proseando	3
Regional	5
Cultura	8
Ciência e Tecnologia	9
Reportagem de Capa	10
Nacional	13
Política	14
Opinião	15
Curta	16
Agenda	18
Destaque	19

Fale Conosco

Tire suas dúvidas, envie comentários, críticas e sugestões para:

Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 554
Bela Vista CEP 01318-000
São Paulo - SP - Brasil
Fone/Fax: (11) 3293-3300
E-mail: itesp@itesp.sp.gov.br

Ouvidoria

Fone: (11) 3293-3309
0800-77 33 173
e-mail: ouvidoria@itesp.sp.gov.br

Visite nossa página e leia, diariamente, as principais notícias sobre a questão agrária:

www.itesp.sp.gov.br



Itesp - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania

GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

Fatos da Terra é a revista da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - Itesp, vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania.

Jornalista Responsável: Helton Lucinda Ribeiro - Mtb 27.002 **Reportagens:** Helton Lucinda Ribeiro, Regina Bonomo e Ana Carolina Garcia **Foto Capa:** Arquivo Itesp **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Renato Oliveira da Silva

Contracapa: Renato Oliveira da Silva

Conselho Editorial: Tibério Leonardo Guitton, Luiz Roberto de Paula, Jorge Miranda Ribeiro, Afonso Curitiba Amaral, Jurandir Vieira Góis, Milton Ramos da Silva, Gabriel Veiga, Anselmo Gomiero, Maria Celina Figueiredo, Antônio Alonso, Marco Antônio Silva e Helton Lucinda Ribeiro

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 554 - 7º andar - Bela Vista - CEP 01318-000 - São Paulo - SP Telefone: (11) 3293-3393
E-mail: itesp@itesp.sp.gov.br Visite nossa página: www.itesp.sp.gov.br Secretaria da Justiça: www.justica.sp.gov.br

Tiragem: 3.000 exemplares **Ctp, Impressão e Acabamento:** Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

É permitida a reprodução dos textos, desde que citada a fonte.

O fazendeiro que lutou

Ao longo de uma vida dedicada à democratização do acesso à terra, José Gomes da Silva elaborou

Muitos foram os camponeses que dedicaram suas vidas à causa da Reforma Agrária. Já raros são os casos de pessoas como José Gomes da Silva, um fazendeiro bem-sucedido que deixou uma marca indelével na luta pela democratização do acesso à terra no Brasil.

José Gomes, falecido em 1996, levou a bandeira da Reforma Agrária (ele escrevia assim mesmo, com letras maiúsculas) aos mais diferentes governos e projetos políticos, desde o do general Castello Branco, em 1964, passando por José Sarney, até o Governo Paralelo do PT em 1990 (experiência de formulação de propostas alternativas para o país).

A ligação do engenheiro agrônomo de Ribeirão Preto com a Reforma Agrária remonta ao governo Carvalho Pinto (1959-1963), em São Paulo. José Gomes, ao lado de Plínio de Arruda Sampaio, participou do projeto de “Revisão Agrária”, que resultou nas primeiras experiências de assentamentos rurais do Estado.

A partir daí, inicia uma

trajetória intelectual e política que faria dele uma das maiores autoridades brasileiras no tema. Estudou a fundo a questão agrária e conheceu experiências em outros países, dentre as quais a da Itália o impressionou profundamente.

Logo após o golpe militar, em 1964, José Gomes coordena a elaboração de uma proposta de reforma agrária que é apresentada ao governo Castello Branco. Surpreendentemente, a proposta é aceita e a partir dela é elaborada a Lei 4.504/64, o Estatuto da Terra, ainda em vigor.

Um dos avanços introduzidos pelo Estatuto da Terra foi uma categorização do latifúndio que se dava não só pelo critério da produtividade, mas também pela extensão. O limite estabelecido era de 600 módulos rurais. Além disso, o pagamento de indenizações nas desapropriações de terras seria feito em título públicos.

Promulgada em novembro de 64, no entanto, aquela lei estava fadada a não sair do papel.

Não só devido à pressão dos grupos contrários à Reforma Agrária, mas também com o endurecimento do regime militar a partir do mandato do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

Nem por isso, um defensor sincero da Reforma Agrária se daria por vencido. “A coisa mais marcante no Zé Gomes, desde os primeiros contatos que tive com ele, na época em que ele escreveu o Estatuto da Terra, foi a sua persistência em busca da Reforma Agrária. Ele nunca desistiu”, conta Roberto Arnt Sant’Ana, 67 anos, ex-superintendente do Incra e ex-delegado do antigo Mirad (Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento) em São Paulo.

ABRA

A constatação de que a defesa da Reforma Agrária não encontrava eco na esfera governamental levou José Gomes a buscar o caminho da organização da sociedade civil. Ele próprio narra o episódio da criação da Associação Brasileira de Reforma Agrária em um artigo publicado na revista da entidade, em 1996, ano de seu falecimento: “Foi numa viagem de volta de Araçatuba onde fora assistir a inauguração de um Centro de Treinamento para Trabalhadores Rurais, que um grupo de dirigentes sindicais e estudiosos da questão agrária começou a especular sobre a necessidade de contar com uma entidade independente,



I pela Reforma Agrária

borou o Estatuto da Terra, o primeiro PNRA e criou o órgão antecessor do Itesp em São Paulo

desligada do governo, que atuasse como núcleo de pressão pela Reforma Agrária. A idéia era manter a chama acesa (procurando compensar as frustrações produzidas pelas iniciativas oficiais) e abrir caminhos, tentando explorar fissuras que a desfavorável correlação de forças pudessem apresentar.”

Congregando militantes da Reforma Agrária, tanto do meio acadêmico, como o atual ministro da Agricultura Luís Carlos Guedes Pinto, quanto dos movimentos sociais e organizações de trabalhadores, a ABRA, na avaliação feita por José Gomes em 96, conseguiu manter a “chama acesa”. E mantém até hoje, com sua revista, a primeira publicação especializada dedicada ao tema no Brasil.

O embrião do Itesp

Nos anos 70, José Gomes presta consultoria a organizações internacionais, como o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e OEA (Organização dos Estados Americanos). Essa experiência consolida sua reputação como autoridade na questão agrária.

Com o processo de redemocratização do Brasil nos anos 80, ele volta a ocupar altos cargos governamentais, como o de secretário de Agricultura do governo Franco Montoro, em 1983. Embora tenha permanecido pouco tempo à frente da pasta, devido a um enfarte sofrido em agosto daquele mesmo ano, José Gomes deu uma contribuição decisiva para a política agrária do Estado: criou o Instituto de Assuntos Fundiários (IAF), embrião do que viria a ser a Fundação Instituto de Terras. Com aquela experiência, iniciava-se uma política de destinação de terras públicas es-

taduais à Reforma Agrária, consolidada com a Lei 4.957/85, que estabelece a base legal da política agrária paulista.

1º PNRA

Em 1985, José Gomes é convidado a assumir a presidência do Incra no governo Sarney e coordena a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária. O atual diretor adjunto de Formação, Pesquisa e Promoção Institucional do Itesp, Jorge Miranda Ribeiro, trabalhava na Diretoria de Cadastro e Tributação do Incra na época, comandada por Carlos de Lorena, também já falecido. Lorena, amigo pessoal de José Gomes, foi outro expoente da causa agrária e, sob sua gestão, importantes mudanças foram implementadas no sistema de cadastro de imóveis rurais.

Esse período também foi acompanhado por outro amigo de José Gomes: Roberto Sant’Ana, integrante da equipe criada para formular o PNRA. Sant’Ana conta que a proposta era eleger regiões prioritárias para a Reforma Agrária em cada Estado. A meta nacional era assentar 1,4 milhão de famílias.

Mas, uma vez entregue o PNRA, o governo decidiu que a região prioritária seria... o Brasil todo! “É quando a prioridade é o país inteiro, então não existe prioridade”, resume Sant’Ana.

De fato, o resultado daquela deturpação na proposta do grupo de José Gomes foi o assentamento de pouco mais de 82 mil famílias. Frustrado, ele fez um desabafo no livro *Caindo por Terra*, em que dissecou as articulações políticas que barraram o Programa.

O humanista

Muitos dos que trabalharam com ele se lembram de que, além da dedi-

cação à causa da reforma agrária, José Gomes valorizava muito as pessoas e se preocupava com os funcionários dos órgãos que dirigiu. João Carlos Corsini, analista de desenvolvimento agrário do Itesp, recorda uma história que exemplifica essa preocupação. Em agosto de 1983, um grupo de funcionários voltava, em uma perua Kombi, da área onde estava sendo criado o assentamento Pirituba. Estavam no veículo o então diretor do IAF, José Eli da Veiga, o procurador do Estado Juvenal Boller de Souza Filho, o agrônomo Zeke Beze Jr., o motorista Abílio e o próprio Corsini.

Próximo a Capão Bonito, houve um acidente e a Kombi capotou. Felizmente, ninguém se feriu com gravidade. Mesmo assim, José Gomes fez questão de visitar um por um dos envolvidos no acidente.

Quem trabalhou com ele o tem como referência muito forte, não só de profissional, mas também de ser humano. “Fui um felizardo em fazer parte da equipe do José Gomes”, conta Mário Antônio de Moraes Biral, 64 anos, hoje diretor da Ceasa de Campinas. Os dois trabalharam juntos na CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) em 1968. Na época, a instituição havia acabado de ser criada, reunindo departamentos da Secretaria da Agricultura. José Gomes era responsável pela área de socioeconomia do Departamento de Extensão Rural.

Para Biral, além da sólida formação técnica que já tinha feito de José Gomes uma autoridade reconhecida na área de pesquisa com soja, ele possuía uma ampla visão social. “Foi um grande aprendizado trabalhar com ele, porque a formação do agrônomo é muito tecnicista. É o José Gomes

ensinava que era necessário adaptar a tecnologia às condições sociais.”

Biral também fez parte da equipe coordenada por José Gomes que formulou o programa para a agricultura no Governo Paralelo do PT em 1990. Ele explica que o que movia aquela iniciativa era a idéia de sair da crítica pura e simples e oferecer alternativas ao governo.

Uma das grandes contribuições do programa foi a proposta para a área de segurança alimentar, um conceito que ainda era novidade no Brasil. A proposta acabou subsidiando a campanha Ação da Ci-

dadania contra a Miséria, a Fome e pela Vida, comandada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Seu legado está presente também no Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), encarregado de articular governo e sociedade civil na formulação de diretrizes na área de alimentação e nutrição.

O fazendeiro

José Gomes muitas vezes foi questionado se o fato de ser um fazendeiro bem-sucedido não era contraditório com sua luta pela Reforma Agrária. Ele sempre respondia que, acima de tudo, era um profissional da terra. E, como tal, via na estrutura fundiária brasileira um entrave ao desenvolvimento do país. A forma como administrava suas quatro fazendas sempre foi coerente com seus ideais, como relata seu amigo Mário Biral:

“Nunca vi uma fazenda tão bem dirigida quanto a fazenda Santana do Bagaçu, em Pirassununga. Foi um verdadeiro laboratório para experiências sobre como viabilizar o homem no campo.” Biral conta que José Gomes não se

prendia a uma única cultura. “Nós dizíamos que os ovos não podiam estar em uma única cesta. Quando a laranja estava em baixa no mercado, ele tinha café. Quando o café estava em baixa, tinha a laranja ou a cana”, explica.

José Gomes nunca foi um homem apenas de discurso. Fez de sua vida também um exemplo. Plínio de Arruda Sampaio, em artigo publicado na revista da ABRA em 1996, relata que, após a decepção com o PNRA, ele “voltou para a sua Santana do Bagaçu, na terra roxa de São Paulo, e pôs-se a cuidar do seu café, da sua cana, da laranja, do limão. Plantou um seringal atrás mesmo da casa dos empregados, para que as mulheres destes aí pudessem trabalhar e ter uma fonte de renda delas mesmas.”

E aquela semente também plantada por ele no Estado de São Paulo, quando colaborou com o Governo Montoro, vingou e deu frutos: 126 assentamentos estaduais, onde mais de 6 mil famílias assentadas possuem “casa, comida e trabalho”. O órgão que nasceu como um modesto instituto, o IAF, cresceu, tornou-se uma fundação com mais de 700 funcionários e leva hoje o seu nome: Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”. ■

De pai para filho

Além das fazendas que legou aos seus herdeiros, José Gomes também transmitiu o gene da Reforma Agrária. Seu filho, José Graziano da Silva, é um dos expoentes atuais do debate em torno da questão agrária no Brasil.

Engenheiro agrônomo formado pela USP em 1972, fez mestrado em Economia e Sociologia Rural pela mesma Universidade, doutorado em economia pela Unicamp e pós-doutorado na mesma área pelo Instituto de Estudos da América Latina, da Universidade de Londres.

José Graziano escreveu cerca de 20 livros sobre economia agrícola e dezenas de artigos sobre o tema. É professor titular do Instituto de Economia da Unicamp desde 1991. Foi assessor especial da Presidência da República no governo Lula, quando coordenou o Programa Fome Zero. Hoje, é diretor regional da FAO (Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação).

PUBLICAÇÕES DE JOSÉ GOMES DA SILVA

A Reforma Agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento? Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

Decálogo da contra-reforma. Campinas, 1986.

Caindo por Terra: crises da Reforma Agrária na Nova República. São Paulo: Busca Vida, 1987.

Buraco negro: a Reforma Agrária na Constituinte. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

A Reforma Agrária brasileira na virada do milênio. Campinas: Abra, 1996.